

REQUERIMENTO N° DE
(Do Sr. Eduardo Bismarck)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, informações sobre o Orçamento do Ministério da Educação. Nesses termos, requisitam-se informações sobre:

1. O valor autorizado de orçamento discricionário para cada Instituição Federal de Ensino Superior para execução do ano de 2018;
2. O valor contingenciado de orçamento discricionário para cada Instituição Federal de Ensino Superior no primeiro trimestre de 2018, de acordo com o Decreto 9323/2018;
3. O valor contingenciado de orçamento discricionário para cada Instituição Federal de Ensino Superior no primeiro trimestre de 2019, após a publicação do Decreto 9741/2019.
4. O valor executado por cada Instituição Federal de Ensino Superior até o momento com os recursos discricionários previstos para o ano de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Externa tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, assim como a apresentação de seu Planejamento Estratégico.

Além do Planejamento Estratégico, a Comissão acompanhará 05 temas específicos que foram considerados prioritários: (a) Exame Nacional do Ensino Médio

(ENEM); (b) Avaliações Periódicas de Desempenho; (c) Base Nacional Comum Curricular (BNCC); (d) Formação de Professores; (e) Orçamento

Entre as prerrogativas da Comissão está a de requerer informações que julgue necessárias para a consecução dos seus objetivos.

Com o recente bloqueio da verba destinada à educação superior e o fundado receio de que possa haver forte impacto na continuidade das atividades precípuas das universidades e institutos federais, as informações ora solicitadas se tornaram de extrema importância.

No mês de março, o governo federal realizou cortes no Orçamento para 2019, tendo o Ministério da Educação sido uma das pastas que mais foram atingidas, com uma significativa redução orçamentária.

Além disso, ao final do mês de abril o Ministério da Educação anunciou o bloqueio de 30% dos recursos discricionários, inicialmente de três Universidades (UnB, UFBA e UFF) e, posteriormente, de todas as Universidades Públicas Federais.

Esta e outras questões, como a evolução da execução orçamentária e os investimentos previstos para a educação básica, bem como as previsões do Ministério para o PPA, LDO e LOA, certamente necessitam de maior esclarecimento e debate.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2019.